

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO SEM OCASIONAR O SENTIMENTO DE EXCLUSÃO

Fernanda Caroline Pereira Silva¹
Maria Karyne Fernandes Balbino²
Cláudia Virgínia Alves Brandão³
Orientadora: Francisca Pereira Salvino⁴

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado da nossa experiência, em uma escola da rede municipal da cidade de Campina Grande/PB, em uma turma de 3º ano do ensino fundamental I. Essa experiência foi oportunizada pelo Programa Residência Pedagógica, criado pela Portaria de nº 38, de fevereiro de 2018, do Ministério da Educação (MEC) com a colaboração da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apresenta por finalidade a de contribuir para a formação inicial de estudantes de licenciaturas e para o desenvolvimento da educação básica brasileira.

O processo de alfabetização, segundo a 5ª meta do Plano Nacional de Educação (PNE), deverá ocorrer no máximo até o final do 3º ano do ensino fundamental. Porém, a quantidade de alunos que chegam a esse ano, sem estarem alfabetizados é consideravelmente alta. Em nossa experiência, constatamos esse fato, uma vez que em uma turma de 3º ano, na qual estamos estagiando, dos 24 alunos matriculados no início do ano de 2019, apenas 16 encontravam-se alfabetizados, enquanto 8 não, ou seja, um total de 33% não encontravam-se alfabetizado, no sentido restrito do termo, que vem a ser codificação e decodificação, conforme o código linguístico brasileiro.

Entendemos que esta constatação gera uma série de dificuldade à turma, pois, além de ministrar os conteúdos comuns ao terceiro ano do ensino fundamental I para que os alunos possam seguir com o processo de sistematização dos conhecimentos, faz-se necessário alfabetizar os alunos que ainda não dominam a leitura e a escrita. Vimo-nos diante de um desafio para o qual uma das alternativas seria retirar os alunos que não estão alfabetizados da sala de aula, para oferecer o acompanhamento individual em outro espaço da escola. Porém, isto ocasionaria que os alunos perderiam conteúdos e aprendizagens necessários à continuidade do seu desenvolvimento, além da interação com os demais alunos.

A partir dessas considerações, este trabalho objetiva analisar as possibilidades de atendimento a alunos em condição de distorção idade/ano de alfabetização. Como processo metodológico utilizamos a observação participante, por meio do qual submetemos nossas vivências atinentes ao processo de formação docente alfabetizador a um nível de análise com rigor teórico-metodológico.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista do Programa Residência Pedagógica.

² Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista do Programa Residência Pedagógica.

³ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e professora da educação básica, na rede municipal de ensino, na cidade de Campina Grande/PB.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual do Estado da Paraíba (UEPB).

METODOLOGIA

O presente resumo expandido oportuniza compartilhar experiências por meio do Programa Residência Pedagógica, caracterizando-se, assim, como um relato de experiência, descrevendo e analisando nossa observação e prática em uma turma do 3º ano do ensino fundamental I, a qual apresentava alunos que ainda não dominavam a leitura e a escrita.

A observação participante é considerada método etnográfico de pesquisa. Como assevera Mattos (2001, p.49), “etnografia é também conhecida como observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras”. Dessa forma, este texto consiste em relato de experiência, descrevendo e analisando nossa observação e participação. Como exemplifica Mattos (2011, p. 50)

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio-interacionais.

Acreditamos que esses são alguns dos desafios da prática pedagógica e que o estudo apresentando é relevante para a nossa área de atuação e pode trazer contribuições para as pesquisas da comunidade acadêmica.

ALFABETIZAÇÃO EM PROCESSO DE INTERAÇÃO

No Brasil, é considerado alfabetizado o sujeito que domina plenamente a leitura e a escrita, sabendo utilizá-las socialmente. Entretanto, as taxas de alunos não alfabetizados no país se encontram em índices um tanto elevados. Devemos considerar que ocorreram avanços satisfatórios com relação a essa problemática nas últimas décadas, porém ainda muito abaixo dos níveis considerados apropriados para cada etapa da escolarização. Por isso, é necessário buscar cada vez mais possibilidades que solucionem esse fato, uma vez que ainda se apresentam no Brasil índices elevados de analfabetismo absoluto e funcional, bem como baixo desempenho dos alunos que chegam a ser alfabetizados.

Frente a essa situação, o governo busca meios e estratégias de amenizá-la, como por exemplo, o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) de 2012, que tinha como meta fazer com que todas as crianças até os oito anos de idade fossem habilitadas em leitura e em escrita. Ou seja, até o 3º ano do ensino fundamental.

Um fato que se faz presente na realidade da educação brasileira atualmente, é que algumas escolas apresentam no 3º ano uma quantidade considerável de alunos não alfabetizados. Devendo-se a esse fato, vários determinantes como fatores culturais, sociais, econômicos e até do próprio sistema utilizado pela escola em seu currículo. Dessa forma, nós como educadores, nos deparamos em nosso cotidiano com situações que refletem essa realidade.

Logo, percebemos a necessidade de uma formação integral, para que o profissional saiba lidar com situações que envolvam as diversas problemáticas da realidade escolar. A sua formação será um dos fatores primordiais frente as dificuldades que permeiam o processo de alfabetização. Como assevera Rocha (2017, p.6)

o professor se depara com inúmeros desafios, que devem ser solucionados para superar os limites impostos, exigindo do professor a busca por novas estratégias, procurando identificar as possibilidades de cada aluno com o intuito de encontrar as possibilidades para que esse aluno possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites.

Em sala de aula, o professor exerce papel fundamental acerca de como promover uma aprendizagem satisfatória aos alunos. É de extrema importância, que ele compreenda a diversidade de alunos que se encontra nas escolas, reflita sobre suas especificidades, entendendo-os como um sujeito singular. A partir dessa compreensão, o professor deve pensar em estratégias que promovam aprendizagens e que contemplem a todos, sempre numa perspectiva inclusiva, possibilitando fazer os alunos se sentirem parte fundamental do processo de aprendizagem que envolva toda a turma. O professor precisa estar preparado para contemplar as diversidades e essa preparação está permeada pela formação inicial e continuada as quais o educador é submetido.

Para que sua atuação tenha resultados positivos, é preciso um aspecto fundamental para a prática pedagógica, que é o planejamento. Por meio desse, o professor conhecerá sua turma, os sujeitos com os quais irá relacionar-se, bem como as dificuldades que cada um apresenta com relação ao processo de aprendizagem. Como afirma Rocha (2017, p. 6 apud MINETTO, 2008, p.101)

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

Como mencionado, é necessário que o professor perceba que a sua prática deve contemplar a todos, embora, às vezes, necessite de atendimento diferenciado com determinados alunos. Isso deve ter início desde o planejamento até a avaliação dos resultados alcançados, significando dizer que no ambiente da sala de aula todos deverão estar incluídos para que o aluno se sinta acolhido independente do ritmo ou nível de alfabetização em que se encontra.

O fato de não retirar o aluno de sala de aula para um atendimento individual, em alguns casos, anula possíveis riscos de discriminações, sentimento de incapacidade, de não pertença aquele ambiente. Como explicita Santos (2017 apud JOLIBERT, 2006, p.180), a importância de

Vivenciar um **clima acolhedor** para as suas próprias experiências, sua cultura, sua linguagem, capaz de incentivar suas curiosidades [...]. **Um meio estimulante** feito de expectativas positivas e de intercâmbios sociais. Experimentar **situações de aprendizagem que sejam também situações de vida**, que tenham sentido para as crianças, que façam parte de seus projetos [...] Encontrar **textos autênticos, de todos os tipos** que sirvam para alguma finalidade. [...] Contar com **apoio metodológico** adequado, que lhes permitam ser realmente ativas, refletir sobre as suas aprendizagens e encontrar ou elaborar ferramentas apropriadas quando delas precisarem. (grifos da autora)

Um ambiente acolhedor e motivador, propicia uma relação de interação entre professor-aluno e aluno-aluno. Essa interação resulta em uma melhor aprendizagem e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, principalmente, para os alunos ainda não alfabetizados, visto que na interação e no cotidiano escolar são vivenciados momentos em que, ao se ter contato com alunos que são alfabetizados, sentem-se motivados e em interação com o ambiente. Essa relação poderá ser constituída de maneira solidária e cooperativa Duk (2005, p.210)

para que a aprendizagem tenha um caráter cooperativo, os integrantes de um grupo devem aceitar o fato de que só serão capazes de alcançar seus objetivos se os demais também alcançarem os seus próprios. A isto se pode chamar interdependência positiva, ou seja, a idéia de que ‘não se pode ter sucesso sem os demais’.

Portanto, o processo de alfabetizar alunos com dificuldades de aprendizagem, em alguns casos, pode ser realizado sem a necessidade de se retirar o aluno de sala de aula. Visto que, a formação plena do professor, o ambiente motivador e facilitador, a interação entre os sujeitos que compõem o processo, são aspectos que tornam possível alfabetizar plenamente, enxergando o aluno em sua integralidade.

Segundo Freire (1996, p.58) “o ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras”. Dessa forma, percebe-se que professor e educando caminham juntos nesse processo, sendo necessário que ambos estejam preparados e motivados para os saberes que serão aprendidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa experiência foi possibilitada pelo Programa de Residência Pedagógica. Essa, foi vivenciada em uma turma de 3º ano do ensino fundamental, em uma escola no município de Campina Grande/PB. Nessa turma, logo no início do ano letivo, deparamo-nos com alguns alunos não alfabetizados em um total de 8 numa turma de 24 ao todo. Em princípio as estagiárias sugeriram que os alunos recebessem um acompanhamento individualizado fora da sala de aula, mas em paralelo ao horário destas. No entanto, em planejamento e diálogo com a Preceptora foi possível compreender a importância de todos os alunos permanecerem em sala e que o acompanhamento poderia ser realizado dentro da própria sala de aula. Dessa forma, evitando sentimentos de exclusão.

Realizamos o acompanhamento com os alunos não alfabetizados no decorrer das aulas. Auxiliamos nas atividades desenvolvidas pela preceptora e a partir das nossas observações e contato com os alunos percebemos algumas dificuldades, como por exemplo, a escrita da letra cursiva. Assim, em colaboração com a preceptora, também sugerimos atividades que contemplavam o aspecto desvelado nesse atendimento mais individualizado. As atividades abordavam a prática de escrita da letra cursiva e as habilidades de codificação e decodificação.

Constatamos esse fato, por meio de avaliações realizadas pela secretaria de educação do município, através da aplicação da prova do Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem (SAMA), bem como, pela própria preceptora e também no decorrer de nossas observações. A prática de alfabetizar no ambiente da sala de aula, com a interação entre os próprios alunos resultou em aspectos

positivos. Como afirma Rocha (2017, p. 1195) “a inclusão é como uma importante estratégia, tanto para o convívio social quanto para aprendizagem de todos na escola”. Observa-se que a estratégia de inclusão utilizada pela preceptora, ultrapassa os muros da escola, pois essa interação será refletida no cotidiano dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três primeiros anos do ensino Fundamental I, segundo a Plano Nacional de Educação (PNE), são destinados ao processo de alfabetização de alunos, além do domínio de outros conteúdos que fornecem suporte para o desenvolvimento destes. Isto caracteriza um desafio aos educadores, pois o processo de alfabetização requer um maior acompanhamento e atenção, além de contemplar, de maneira satisfatória, os conteúdos curriculares.

Nesse processo é importante a interação entre aluno-aluno, além da relação professor-aluno. Para que, assim, desenvolva-se o sentimento de cooperatividade entre os sujeitos que compõem a sala de aula ao contrário de sentimentos de exclusão e inferioridade, que em alguns casos, são causados pela retirada do aluno da sala para acompanhamento individualizado. Consideramos a importância de, no ato de alfabetizar, não se ocasionar sentimentos que podem afetar de maneira negativa o processo de aprendizagem.

Nos diálogos e planejamentos com a preceptora, chegou-se à conclusão de que essa alternativa, em alguns casos, não é satisfatória. Essa alternativa constituir-se-ia em mais uma forma de exclusão, uma vez que no Brasil, considera-se que as habilidades de leitura e escrita devem ser desenvolvidas até os 8 anos de idade. Portanto, quando a escola não garante esse desenvolvimento, submete os alunos a uma condição de exclusão pelo não acesso ao aprendizado e a determinadas formas de comunicação que a leitura e a escrita possibilitam.

Palavras – chave: Residência Pedagógica. Alfabetização. Interação.

REFERÊNCIAS

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade:** material de formação docente. 3. ed. Brasília: [MEC, SEESP], 2006. p. 266. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>>. Acesso em: 26 ago 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de.; CASTRO, Paula Almeida de. (orgs.). **Etnografia e educação:** conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. P. 298.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva.** 2017. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>>. Acesso em: 26 ago 2019.

SANTOS, Iolanda Montano dos. **Inclusão e aprendizagem da leitura e da escrita:** a prática pedagógica e alguns desafios. 2017. Disponível em: <<http://editora.pucrs.br/anais/i-seminario->

luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-11/completo-2.pdf>. Acesso em: 26 ago 2019.